



**PUBLICAÇÕES E PESQUISAS, SOB A ÓTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA, CONCENTRADAS  
NA ESFERA DA CIÊNCIA POLÍTICA, DA GEOPOLÍTICA E DAS RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

**BEATRIZ MARIA SOARES PONTES  
(ORGANIZADORA)**

**RAQUEL NICOLAU DA SILVA  
(ASSESSORIA TÉCNICA E ACADÊMICO-CIENTÍFICA)**

**NATAL – RN**

**2022**

# MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA SOCIOTERRITORIAL PRETÉRITO (SÉCULO XVIII) QUE RESULTOU EM CONFLITO ARMADO: A GUERRA GUARANÍTICA

## A PAST SOCIO-TERRITORIAL RESISTANCE MOVEMENT (XVIII CENTURY) THAT RESULTED IN ARMED CONFLICT: THE GUARANITIC WAR

*Beatriz Maria Soares Pontes<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho pretende discutir as razões da Guerra Guaranítica realizada pelos índios Guaraní, contra as tropas luso-espanholas, no sul do Brasil. A pesquisa estabeleceu, em primeiro lugar, os objetivos do trabalho; o referencial teórico-metodológico sobre a questão da geografia histórica; posteriormente, estabeleceu o significado de um Tratado sob a ótica do Direito Internacional. Em seguida, abordou o Tratado de Madrid, de 1750, prosseguindo com reflexões sobre os Sete Povos das Missões, a Colônia do Santíssimo Sacramento, bem como um estudo mais circunstanciado sobre os índios Guaraní. O trabalho termina com a discussão sobre a Guerra Guaranítica, mostrando as suas perdas, os seus ganhos, bem como o significado deste conflito, no âmbito da história da civilização brasileira.

**Palavras-chave:** *Tratado de Madrid; Sete Povos das Missões; Colônia do Santíssimo Sacramento; Índios Guaraní; Guerra Guaranítica.*

### ABSTRACT

The present work intends to discuss the reasons for the Guaranitic War carried out by the Guaraní Indians against the Portuguese-Spanish troops in the south of Brazil. The research established in the first place the objectives of the work; the theoretical-methodological referential on the question of historical geography; subsequently, it established the meaning of a Treaty from the point of view of International Law. Next, it deals with the Madrid Treaty of 1750, continuing with reflections on the Seven Peoples of the Missions, the Colony of the Blessed Sacrament, as well as a more detailed study on the Guaraní Indians. The work ends with a discussion of the Guaranitic War, showing its losses, its gains, as well as the significance of this conflict within the history of Brazilian civilization.

**Keywords:** *Treaty of Madrid; Seven Peoples of the Missions; Colony of Santíssimo Sacramento; Guaraní Indians; Guaranitic War.*

---

<sup>1</sup> Livre-Docente pela UNESP (2008) e Profa. Titular aposentada da UFRN.

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 OBJETIVOS DO PRESENTE ESTUDO**

- a) Discutir as razões mediante as quais a Colônia do Sacramento que se encontrava em mãos dos portugueses, pelo Tratado de Madrid de 1750, passou ao domínio da coroa espanhola e, os Sete Povos das Missões que estavam no espaço missioneiro, a noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, que se encontrava sob o domínio dos jesuítas espanhóis foi encaminhado para o domínio da coroa portuguesa, tendo em vista, àquela época, a expansão territorial do Brasil Meridional que já começava a ser vista na ocasião em estudo;
- b) Analisar a influência dos jesuítas na formação dos índios Guarani que se converteram ao cristianismo e, começaram a cultivar as terras das Missões e, serem considerados, pelos jesuítas espanhóis, como os donos das referidas terras, sob um sistema realizado pelos padres jesuítas que muito agradou aos índios Guarani;
- c) Observar que os índios Guarani lutaram em benefício das terras que, segundo eles, tinham sido doadas por Deus, possivelmente, levando-se em consideração que já eram cristianizados.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO**

### **2.1 Geografia Histórica**

Respondendo em parte, as indagações já elaboradas, sobre a diferenciação entre o olhar do historiador e o do geógrafo sobre determinada realidade e, sobre o objeto de investigação da Geografia Histórica, passaremos à apreensão de como se dá a concepção dialética das categorias espaço-tempo na compreensão da realidade, procurando evitar uma visão segmentada destes dois campos.

No que concerne ao objeto de estudos da Geografia Histórica, Philo (1996) assevera que:

[...] ao contrário das geografias mais sistemáticas não pode reivindicar um objeto de estudos, perfeitamente definido, pois, o que significa dizer que “história” é este objeto quando a história por si é tão heterogênea e pode ser estudada em tantos aspectos diferentes (e quando os próprios historiadores dividem suas investigações em caixas rotuladas “econômica”, “social”, “política” e)! Além do mais, é evidente que os pesquisadores que se

autodeterminam geógrafos históricos se concentram sobre uma diversidade de questões substantivas, e também, tendem a fazer uso de uma diversidade de jogos de ferramentas filosóficas e metodológicas sobre uma diversidade de fontes primárias e secundárias. (PHILO, 1996, p. 269-270).

Estabelecendo uma reflexão entre os campos disciplinares (Geografia e História), Moraes (2007), assevera que são dois campos de conhecimento afins, entretanto, por muito tempo percorreram caminhos diferentes na explicação da realidade. Por influência kantiana na divisão do conhecimento, coube à Geografia, ciência empírica, estudar o presente, e à História, estudar o passado.

Esta forma de analisar separadamente a relação espaço-tempo, em nossa opinião, foi prejudicial ao entendimento das mediações e particularidades existentes para além da aparência do real. Por isso, a proposta que se efetuará foi resgatar a história como elemento fundante da análise geográfica. Mas, alguns cuidados devem ser tomados na adoção da perspectiva histórica para os estudos geográficos, a fim de evitar um estudo pretensamente de cunho historiográfico e de pouca ênfase na geografia. Grandes contribuições para estas reflexões são encontradas em Moraes (2008), que atenta para algumas questões que permeiam a relação entre estes campos disciplinares.

De imediato, recusam-se as visões tradicionais mais recorrentes da relação enunciada – da parte dos historiadores, a localização da “geografia como introdução da história”, embasada na concepção Herdeiriana como dever a terra, como palco das ações humanas; - da parte dos geógrafos, a repisada formulação de ver a “geografia como história do presente”. (MORAES, 2008, p. 21).

Segundo o autor supracitado, estas duas visões, ao invés de relacionarem as referidas ciências, fazem o contrário, dissociam-nas. Neste caso, a Geografia é anteato da História, enquanto na segunda, ela é posta como uma realidade pós-histórica. Acreditamos que uma análise mantendo a interrelação entre estas duas ciências, caminha em sentido contrário. Devemos ter em mente, que a relação espaço-tempo é fundamental para entender a realidade e qualquer que seja o objeto de estudo. Neste sentido, Aguirre Rojas (2003), citado por Pires (2008, p. 17), afirma que:

A proposta Braudeliana da geo-história [...] é, afinal, a exemplificação desta específica síntese entre história e geografia. Ela combina o “raciocínio histórico” com o “raciocínio geográfico”, visando colocar em seu centro a dialética espaço-tempo que constitui, sem dúvida alguma, uma das coordenadas centrais de qualquer teoria social.

Assim, podemos entender a realidade em sua totalidade, ou seja, considerando-se os processos e mediações do universal e do singular para se compreendermos as particularidades concreto-abstratas. Neste sentido, acreditamos que a História é a universalidade dos processos e a Geografia, a particularidade deste universal, concretizado nos lugares, uma vez que se devem espacializar as relações sociais. Segundo Moraes (2008, p. 44):

[...] espacializar é de imediato particularizar, pois, as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas do lugar. Por isso, a formação econômico-social é vista nesse sentido, sempre como realidade localizada temporal e espacialmente. O lugar sendo posto, assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos.

A afirmativa desenvolvida por Moraes (2008) dá indícios de como a Geografia pode utilizar a História para fazer a análise geográfica do passado. Conforme Baker (1997) apud Lahuerta (2009, p. 08),

A Geografia Histórica é de fato um estudo histórico: seu foco de interesse repousa na Geografia de algum tempo passado, ou nas mudanças geográficas em algum período passado. Assim, compartilha a legitimação intelectual e moral com todos os estudos históricos. Mas, Geografia Histórica também é fundamentalmente um estudo geográfico: ela coloca questões geográficas ao passado, e oferece uma perspectiva geográfica sobre o passado. Sua contribuição distintiva ao conhecimento e entendimento do passado é feita essencialmente enquanto Geografia e não História.

A citação anterior é importante para demonstrar a diferenciação entre as análises geográfica e histórica, sem fazer necessariamente, uma leitura fragmentada e excludente, no que concerne aos dois campos do conhecimento. Outro fator importante observável é que a geografia não se prende obrigatoriamente a leituras do presente ou se mostra como uma geografia retrospectiva (que faz leituras do passado para entender a contemporaneidade). A Geografia Histórica pode entender a complexidade do passado ou mesmo das transformações espaciais em um determinado período, sem desenvolver interrelações fixas e estanques com o passado.

Reforçando o debate sobre a perspectiva geográfica de análise do passado, Ferro (1986, p. 67), afirma que:

[...] o trabalho e a investigação do geógrafo não pode deixar de ter em conta as transformações históricas do território examinado, com duplo objetivo de reconstituir as condições do ambiente no passado e, sobretudo, de se reportar às formas de vida, às condições de civilização, às técnicas de trabalho e aos

tipos de consumo do passado; e tudo isto não só para melhor compreender as condições de então, mas, também, as condições do presente.

A afirmação de Ferro (1986) torna perceptível a diferença do olhar e o papel do geógrafo na análise de uma realidade do passado, algo que nos permite elencar as mediações históricas que possibilitaram a formação territorial e suas transformações no decorrer do tempo. Segundo Norton (1984), citado por Silva (2007, p. 76):

O que distingue a Geografia Histórica da História propriamente é que do ponto de vista da periodização, não há para a Geografia Histórica, uma divisão lógica entre passado e presente, sendo a tarefa do geógrafo histórico, não apenas descrever as mudanças na paisagem, mas, compreender a mudança histórica do fenômeno geográfico.

Conforme Moraes (2000), o território só se explica pela História. Mas, aqui, devemos ter o cuidado para não cairmos numa história de caráter linear. Neste sentido, o entendimento da História, enquanto processo, se faz necessário, para que não caiamos numa apropriação da dimensão temporal de forma mecânica, como mera sucessão de fatos, levando em consideração, assim, as diferentes temporalidades que coexistem nas relações sociais.

Fomentando a discussão sobre a adoção da História como uma sucessão de tempos, sendo assim uma história evolucionista, Moraes (2008, p. 29) afirma que:

A teoria evolucionista da história, a qual a geografia humana é herdeira direta – aparece como a mais bem-sucedida teorização para equacionar a questão das desigualdades dos povos e das culturas, assumindo um percurso único entre a barbárie e a civilização, que permite classificar um dado grupo social por seu “estágio” no processo evolutivo. (p. 29).

Este é um dos cuidados que devemos tomar ao adotarmos a perspectiva histórica para a explicação da realidade. Ao se considerar a história enquanto método e, enquanto processo, outros cuidados se tornam essenciais, sobretudo, no que tange à questão das periodizações. De acordo com Ciavatta (2009), “datar cronologicamente os acontecimentos, de modo que, cada data tenha um valor específico, é uma forma de evitar que os acontecimentos se percam na viagem e nas brumas de um tempo indefinido”. Inserindo as considerações de Odália (1965), acerca da problemática das periodizações, Ciavatta (2009, p. 86) afirma que:

Periodizar não significa simplesmente datar. Periodizar é, também, dividir a história em termos de conteúdo. A periodização não é um problema, apenas de datas, mas, fundamentalmente de conteúdos formados pelos fatos relevantes ocorridos. Uma porção do tempo não é apenas uma ordenação arbitrária; é uma determinada porção da história com coloridos e matizes próprios – da mesma forma, as datas-limites.

Vale destacar ainda, a importância de entender os processos que se materializam no território com diferentes temporalidades, não existindo uma sincronia total das coisas. Não é que neguemos a simultaneidade dos eventos, sim, afirmamos que eles têm diferentes temporalidades em diferentes espaços. Daí a importância para a geografia da contribuição da noção de não linearidade dos tempos históricos de Braudel (1996) e sua divisão do tempo, em curta, média e longa duração – ou tempo geográfico. Desse modo, uma análise que leve em conta a historicidade a longo prazo (BRAUDEL, 1996; 2007), em sua coexistência com os tempos médios e curtos, mostra-se importante para o estudo do espaço geográfico e da geografia histórica.

Finalmente, no que concerne à metodologia, cumpre ressaltar que adotamos a pesquisa de campo, tendo em vista o fato de conhecermos a Colônia do Sacramento, sediada no litoral meridional do Uruguai, que é banhado pelo estuário do Prata e na qual ainda constam construções do tempo colonial. De igual forma, estivemos presente na área do espaço missioneiro, sediada a noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul. Nesta área, o aspecto da cultura missioneira mais proeminente reside nas ruínas de São Miguel das Missões, a qual é uma grande construção que nos dá a ideia de como foi este enorme templo, no século XVIII.

Outro método levado a termo foi a nossa frequência no I Simpósio Nacional de Estudos Missionários, promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. O evento foi realizado em Santa Rosa, Rio Grande do Sul, de 23 a 26 de outubro, de 1975, na já mencionada área acima definida. De igual forma, também, estivemos presentes, no trabalho a seguir nomeado: A Geopolítica dos Sete Povos das Missões. Este trabalho foi publicado nos anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários, no volume intitulado “O Espaço Missioneiro”. O Evento foi promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, de 18 a 21 de outubro, de 1983, realizado na cidade de Santa Rosa, Rio Grande do Sul.

As pesquisas documentais e bibliográficas e, a busca de um referencial teórico, referente à Geografia Histórica que melhor explicasse o binômio espaço-tempo que é, justamente, o que melhor elucida a temática estudada, foi também, levada em consideração, nas pesquisas que fizemos para a elaboração do trabalho em tela.

### **3. TRATADO SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL**

Um Tratado Internacional é um Acordo resultante da convergência das vontades de dois ou mais sujeitos de direito internacional, formalizada num texto escrito, com o objetivo de produzir efeitos jurídicos no plano internacional. Em outras palavras, o Tratado é um meio pelo qual sujeitos de direito internacional – principalmente, os Estados Nacionais e as Organizações Internacionais –, estipulam direitos e obrigações entre si.

Com o desenvolvimento da sociedade internacional e a intensificação das relações entre as nações, os Tratados, os Costumes e os Princípios norteadores de Direito, tornaram-se as principais fontes de Direito Internacional existente e, atualmente, assumem função semelhante às exercidas pelas leis e contratos no Direito Interno dos Estados, ao regulamentarem as mais variadas relações jurídicas entre países e organizações internacionais, sobre os mais variados campos do conhecimento humano. Os Estados e as Organizações Internacionais (e outros sujeitos de direito internacional) que celebram um determinado Tratado são chamados “Partes Contratantes” (ou simplesmente “Partes”) a este Tratado.

Os Tratados assentaram-se sobre princípios costumeiros bem consolidados e, desde o século XX, em normas escritas, especialmente, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (CVDT) de 1969. Dentre esses princípios, destacam-se o princípio lógico-jurídico *pacta sunt servanda* (em latim), literalmente, “os acordos devem ser cumpridos”. E, o princípio do cumprimento de boa-fé, ambos presentes no costume internacional e no Artigo 26 da CVDT. Uma outra Convenção de Viena, de 1986, regula o Direito dos Tratados celebrados entre Estados e Organizações Internacionais, e entre estas.

No que concerne à classificação, a diversos sistemas de classificação dos Tratados, em geral, matéria mais útil ao ensino jurídico do que à prática. Uma classificação possível é oferecida a seguir: quanto ao número de partes; quanto à natureza do objeto; quanto ao procedimento; quanto aos efeitos jurídicos; quanto à negociação; quanto à assinatura; quanto ao procedimento interno; quanto à ratificação; quanto à promulgação e publicação; quanto às reservas; quanto à extinção e quanto à denúncia (DINH; DAILLIER; PELLET, 2003).

### **4. O TRATADO DE MADRID**

Das povoações ou aldeias, que cedeu S. M. C. na margem oriental do rio Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis, levando consigo os índios para os aldear em outras terras da Espanha. E, os referidos índios, poderão levar, também, todos os seus bens móveis e, as

armas, pólvoras e munições, que tiverem, entregando às povoações à Coroa de Portugal com todas as suas casas, igrejas e edifícios e a propriedade e posse do terreno. As que se cederam por Sua Majestade Fidelíssima e Católica margens dos rios Pequiri, Guaporé e das Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias que a Colônia do Sacramento, conforme se disse no Artigo 14; e os índios de uma e outra parte terão a mesma liberdade para se irem ou ficarem, do mesmo modo e, com as mesmas qualidades, que haverão de poder fazer os moradores daquela praça, exceto os que se foram perderão a propriedade dos bens de raiz, se os tiverem.

Artigo 14: Sua Majestade Católica, em seu nome e herdeiros, cede à Coroa de Portugal para sempre tudo o que é ocupado pela Espanha, ou que por qualquer título ou direito, possa pertencer a ele, em qualquer parte da terra que por Estes Artigos são declarados pertencentes à Portugal. Desde o Monte dos Grandes Castelos e sua Orla Sul e Costa do Mar, até a nascente e a principal origem do rio Ibicuí e, também, produz todas e quaisquer cidades e estabelecimentos que foram feitos, pela Espanha, no ângulo de terra entre a margem norte do rio Ibicuí e o lado leste do Uruguai e, aqueles que podem ter sido fundados na margem leste do país. Rio Pepiri e a cidade de Santa Rosa e quaisquer outros que possam ter sido estabelecidos pela Espanha.

Artigo 16: Das cidades ou vilas que Sua Majestade Católica produz na margem oriental do rio Uruguai, os missionários partirão com os móveis, levando consigo os índios, para povoá-los em outras terras da Espanha; e os índios, acima mencionados, também, podem carregar todos os seus móveis, bens e semibens e, as armas, pólvora e munição que eles tiverem; de que forma as aldeias serão entregues à Coroa de Portugal, com todas as suas casas, igrejas e edifícios e a propriedade e posse da terra. Os que forem transferidos por ambas, as Majestades Católica e Fidelíssima, nas margens dos rios Pequiri, Guaporé e Marañón serão entregues nas mesmas circunstâncias que a Colônia del Sacramento, conforme disposto no Artigo 14; e, os índios de ambos os lados, terão a mesma liberdade de sair ou ficar, da mesma maneira e, com as mesmas qualidades que os habitantes daquele lugar podem fazer. Somente quem sair perderá a propriedade do imóvel, se o fizer.

Assim que o conteúdo do Tratado de Madrid foi divulgado, nos dois reinos, manifestaram-se contundente oposição. Em Portugal: Antônio Pedro de Vasconcelos, ex-governador da Colônia do Sacramento; Alexandre de Gusmão, ex-secretário do João V, que trabalhara no mapa geral; Frei Gaspar da Encarnação, irmão do Duque de Aveiros; Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com jurisdição no sul do Brasil; Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal; mercadores e contrabandistas. Em especial, unia-lhes a posição contra a troca da Colônia do Sacramento pelas terras e cidades missioneiras (Oriente do Rio Uruguai e Norte do Rio Ibicuí), com a exclusividade castelhana, sob o rio da Prata, na Espanha.

Os partidários de Carlos IV, de Nápolis e Cecília, que viria a assumir o reino espanhol como Carlos III, deram eco às suas declarações contra o convênio assinado por Fernando VI. Desde a Península Itálica, ele publicou uma declaração contra o Tratado.

De fato, as forças contrárias ao Tratado eram tão contundentes que dava a impressão que não seria executado. Contribuía para isso, a longa e penosa doença de João V, acamado desde 1747. A assinatura ocorreu em sua pior situação física em janeiro. Até sua morte, em 31 de julho de 1750, os discursos contrários pareciam colocar uma pá de cal naquela ação diplomática. Entretanto, assim que José I (1714-1777), assumiu o poder, seu gabinete resolveu cumprir o Acordo. Dos colaboradores de seu pai, manteve Pedro de Mota e Silva, na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. As reformas iniciaram com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Diogo de Mendonça Corte-Real para a da Guerra e da Marinha e Domínios Ultramarinos. Assim que as tratativas para a execução do Tratado foram retomadas, a militância jesuítica retornou com contundência na Península Ibérica, em Roma e na América, a resistência em defesa de modificação ou revogação contrária a entrega das missões da banda oriental do rio Uruguai.

A área de principal litígio, a oriente do Rio Uruguai, correspondia aos trabalhos das Primeira e Segunda Comissões Demarcatórias. À Primeira, estava referida a demarcação da linha que iniciava em Castillos Grande, percorria as nascentes dos rios da Lagoa Mirim, passava pelas cabeceiras do rio Negro e, ingressava na principal nascente do Ibicuí, percorrendo o seu canal principal, até a sua foz, no rio Uruguai. Deste ponto, a Segunda Partida, demarcava a linha do Rio Uruguai, no sentido de jusante. Ingressava no Rio Peperi – Guaçu, localizava a nascente do Santo Antônio, prosseguia pelo seu canal, até o Iguassu e, deste, findava no Salto Grande (sete quadras), início da demarcação de responsabilidade da Terceira Partida. Ou seja, cabia à Segunda, fixar a divisão missioneira, realizando o corte demarcatório principal da separação dos Sete Povos dos demais. Os dois comissários principais, Gomes Freire de Andrade e o Marquês de Valdelírios, com os comissários das Três Partidas, encarregadas das demarcações de limites do Sul, se reuniram em 1752, na Costa Atlântica, para começarem os trabalhos. No entanto, quando em fevereiro de 1753, a Primeira Partida demarcatória chegou a Santa Tecla (Bagé-RS), estância do povo de São Miguel, foi impedida de prosseguir. Seus comissários principais eram o Coronel Francisco Antônio Cardoso (Portugal) e Juan de Echavarria (Espanha). Com a oposição indígena, retiraram-se para a Colônia do Sacramento e Buenos Aires. Ali, foram recebidos pelos comissários principais. Conseqüentemente, as demarcações pelos rios Ibicuí e Uruguai seriam concluídas somente em 1759, depois da Guerra Guaranítica.

Um ano após a publicação do Tratado, em 17 de janeiro de 1751, firmou-se um Convênio Secreto Adicional. Por ele, os reis de Espanha e Portugal se comprometiam, em caso de uma resistência dos índios e habitantes, a realizar a transmigração das aldeias e territórios missioneiros, sob a força das armas. Esse Convênio Adicional era constituído de quatro artigos separados, nos quais, para garantir a posse das terras permutadas, de forma pacífica e perpétua, ambos os monarcas se comprometiam a obter a desocupação dos territórios, por força das armas, caso não houvesse obediência imediata a essa medida.

Se, por um lado, o Tratado de Madrid foi elaborado para acabar com os desentendimentos entre Espanha e Portugal, no que se refere às respectivas possessões na América, como forma de harmonizar ou resolver os conflitos, até então latentes entre as Coroas Ibéricas, ao mesmo tempo em que tentava impor a paz, o Acordo, estabelecia a retirada dos povos Guaraní do território compreendido pelos Sete Povos, criando assim, um conflito em potencial. Em especial, o ponto chave desse conflito foi a troca da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos, entre Espanha e Portugal, respectivamente, configurando-se numa questão delicada que poderia trazer consequências graves para o Prata, marcando o fim da experiência dos Povos Jesuítico-Guaranis e para a Europa, com a expulsão dos Jesuítas e a extinção da Companhia de Jesus.

As autoridades ibéricas deram aos índios Guaranis o prazo de um ano, para efetuar a entrega aos portugueses, o transporte de seus bens, a transferência de cerca de 30 mil pessoas. Em meio a isso, os índios dos Sete Povos, resistiram às exigências do Tratado, enquanto os Jesuítas tinham a obrigação moral de tentar persuadir os índios a obedecerem às designações do Rei, uma vez que a obediência que os Jesuítas deviam ao Rei, através do Real Patriótico.

Para cumprir as designações do Tratado, por ordem do Rei de Espanha, veio para a América, o Padre Luiz Altamirano, comissário eclesiástico, encarregado de supervisionar o cumprimento das estipulações do Tratado, designado pelo Real Patriótico. Em carta ao Superior das Missões do Uruguai, Padre Strobel, de 22 de setembro de 1752, Altamirano impõe aos padres algumas determinações. Em nome do Rei e do Padre Geral e, sob pena moral, em virtude da Santa Obediência, que os Jesuítas não impeçam, nem resistam, direta ou indiretamente, por palavras ou por escrito, à mudança dos índios. A data em que deveria ser processada a transmigração foi estipulada: 03 de novembro de 1752.

Devido a inúmeras dificuldades comuns à mudança dessa monta, não houve o tempo necessário para executá-la dentro do prazo estipulado. Resolvidos, então, a não atender as ordens do Padre Altamirano, alguns Jesuítas prenderam-se a subterfúgios, com a finalidade de retardar o máximo possível, o deslocamento, na esperança de que com a demora, fosse abandonada essa ideia. Apesar de todas as tentativas de Altamirano para que se efetuasse uma mudança, em geral,

pacífica, todas as investidas foram inúteis. Os Sete Povos não estavam dispostos e, não se intimidaram com as sucessivas formas de pressão, a que foram submetidos. Desta maneira, os espanhóis foram considerados obrigados a cumprir as disposições do Tratado com a Coroa Portuguesa que deu origem a Guerra Guaranítica (início de 1751). (HOLANDA e CAMPOS, 1989; RICUPERO, 2017).

## 5. OS SETE POVOS DAS MISSÕES

Os Sete Povos das Missões é o nome que se deu ao conjunto de sete aldeamentos indígenas, fundados pelos Jesuítas espanhóis na Região do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, composto pelas Reduções de São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio. Os Sete Povos, também, são conhecidos como Missões Orientais, por estarem localizados a leste do Rio Uruguai. Com os ataques dos Bandeirantes, os Jesuítas espanhóis fugiram da área do Guairá.

Os Sete Povos foram fundados na derradeira onda colonizadora jesuíta na região, depois de terem sido fundadas 18 Reduções em tempos anteriores, todas destruídas pelos Bandeirantes brasileiros e exploradores portugueses. Dentre as causas apontadas pelos historiadores para o retorno, estão a abundância de gado na região e, o desejo da Coroa Espanhola de assegurar a posse daquelas terras, em virtude da crescente presença portuguesa no sul. Contudo, essas teses são controversas. Seja como for, a partir de 1682, os Jesuítas começaram a voltar para as suas antigas terras e, neste mesmo ano, foi fundado o primeiro dos Sete Povos: São Francisco de Borja, seguido por São Nicolau, São Luiz Gonzaga e São Miguel.

**São Francisco de Borja.** Primeira a nascer, fundada pelo Padre Francisco Garcia, era uma extensão da Redução de São Tomé, de onde saíram 195 pessoas. Nela trabalhou o Padre José Brasanelli. Em 1707, esta Redução contava com 2.814 habitantes. Desta Redução nasceu a cidade de São Borja.

**São Luiz Gonzaga.** Sua origem está na transferência, em 1687, de 2.922 pessoas, que antes, habitavam as Reduções de São Joaquim e Santa Tereza. O Padre Alfonso del Castillo, superior de todos os Povos, liderou a fundação. O primeiro Cura foi o Padre Miguel Fernandes. Em 1707, sua população se havia reduzido para 1.927 almas. Foi a origem da cidade moderna de São Luiz Gonzaga.

**São Nicolau.** Sua população, antigamente, habitava este mesmo local, na Redução fundada pelo Padre Roque Gonzales, em 1626, mas, havia sido expulsa pelos ataques dos Bandeirantes de Francisco Bueno. Passaram para a Argentina e, fundaram a Redução dos

Apóstolos, para onde afluíram refugiados, também, da Redução de Tapes. Em 1687, estes Povos se uniram e voltaram ao Rio Grande e, refundaram São Nicolau, em 02 de Fevereiro. Este renascimento foi marcado por um ciclone e um incêndio, desastres que destruíram boa parte das instalações, incluindo a Igreja. Mas, logo a Redução voltou a se recompor, reconstruindo o templo em pedra, sob a orientação do Padre Anselmo de La Matta. Chegou a possuir 7.751 pessoas, em 1732 e deu origem à cidade de São Nicolau.

**São Miguel Arcanjo.** Seu primeiro fundador foi o Padre Cristóvão de Mendonça, em 1632, que, igualmente, atacado por predadores Bandeirantes, abandonou o local com os índios e se refugiaram em Concepción, no Paraguai. A volta aconteceu em 1687, com o deslocamento de 4.195 pessoas. E, três anos depois, já estava quase completa, com a casa dos Padres e com outras para os índios.

Em 1697, **São Miguel** foi dividida, indo 2.832 pessoas fundar a Redução de São João Batista. Em 1707, possuía 3.110 habitantes. A Igreja foi obra do Padre João Batista Primoli, que de 1735 a 1744, a levantou empregando, somente, operários indígenas. Suas ruínas são, ainda, visíveis nos dias de hoje, pertencentes ao município de São Miguel das Missões, constituindo o mais importante sítio arqueológico de sua natureza no Estado, tendo sido declarado Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO, junto com outras ruínas no Paraguai, Argentina e Bolívia.

**São Lourenço Mártir.** Foi fundada em 1690, com nativos de Santa Maria Maior, descendentes dos fugitivos de Guaíra, que se instalaram no local, liderados pelo Padre Bernardo de La Veja. Em 1731, eram 6.400 os habitantes deste Povo. Seus remanescentes estão localizados em São Lourenço das Missões, no município de São Luiz Gonzaga.

**São João Batista.** Fundada pelo Padre Antônio Sepp, um polímata que dominava a música, a arquitetura, o urbanismo, a relojoaria, a pintura e a escultura. Foi seguido por 2.832 pessoas, oriundas da Redução de São Miguel. Os trabalhos na Igreja, iniciaram em 1708, quando já havia 3.400 pessoas habitando o aldeamento. Sob orientação de Sepp, esta Redução mostrou alto nível de atividade cultural. Suas ruínas se localizam na cidade de Entre-Ijuís.

Sepp, também, foi um geólogo e minerador, extraindo o primeiro ferro das Missões, fazendo instrumentos variados e até os sinos da igreja do seu Povo. Sua obra-prima foi o relógio instalado no campanário da Igreja que, ao dar as horas, fazia desfilar pelo mostrador, os Doze Apóstolos.

**Santo Ângelo Custódio.** Sua população, anteriormente habitara Concepción, passara por Ijuí e, por fim, se fixou em Santo Ângelo, em 1707, com 2.879 pessoas, sob o comando do Padre Diogo de Hasse (MURARO, 1977).

## 6. O DECLÍNIO DAS MISSÕES

No século XVIII, a região estava sob disputa entre Espanha e Portugal. O Tratado de Madrid, de 1750, havia posto a área à disposição de Portugal, em troca da Colônia do Sacramento e, a saída dos Jesuítas espanhóis, ali ficou decretada. Mas, este Tratado gerou conflitos: nem padres, nem índios queriam abandonar suas Reduções, nem os portugueses queriam abandonar o Sacramento. Houve uma série de confrontos armados que culminaram na Guerra Guaranítica, que deixou um rastro de destruição e sangue que abalou as estruturas do sistema missioneiro.

Logo depois veio o fim: como a intensa campanha difamatória que os Jesuítas sofreram, a partir de meados do século XVIII, a Companhia de Jesus foi expulsa de terras portuguesas, em 1759 e, em 1767, a Espanha fez o mesmo. No ano seguinte, todas as Reduções foram esvaziadas, com a retirada final dos Jesuítas. Então, suas terras foram apossadas pelos espanhóis e os índios foram subjugados ou dispersos.

Quando em 1801, eclodiu nova guerra entre Portugal e Espanha, os Sete Povos já estavam em tal estado de desintegração que, com apenas 40 homens, Manoel dos Santos Pedrozo e José Borges do Canto, conseguiram conquistá-los para Portugal, embora pareça ter havido a participação indígena, como facilitadora da tomada de posse. Depois disso, Portugal anexou o território ao Rio Grande do Sul, instalando um governo militar na região, encerrando todo um ciclo civilizatório e dando início a outro.

No que tange à cultura, os Sete Povos fazem parte de um importante capítulo da história do Rio Grande do Sul. Deram origem as cidades prósperas, auxiliaram na delimitação de fronteiras e, foram tema para a formação de um grande folclore regionalista, de tom heroico, em torno das figuras dos Padres e dos Índios, dentre os quais, em especial, Sepé Tiaraju. A cultura desenvolvida nesses centros chegou a alto nível de complexidade, em termos de arte, urbanismo e harmonia social.

Os sinais deixados pelos Sete Povos das Missões foram fortes e, permanecem em formas de ruínas, marcas arquitetônicas, fronteira e costumes e lendas da região. Suas relíquias ainda podem ser vistas nos sítios arqueológicos e nos museus regionais. Sua importância é digna da atenção da UNESCO e, o acervo de estatuária que se preservou e, está espalhado em coleções privadas e públicas, é, hoje, patrimônio nacional tombado pelo IPHAN. (MURARO, 1977).

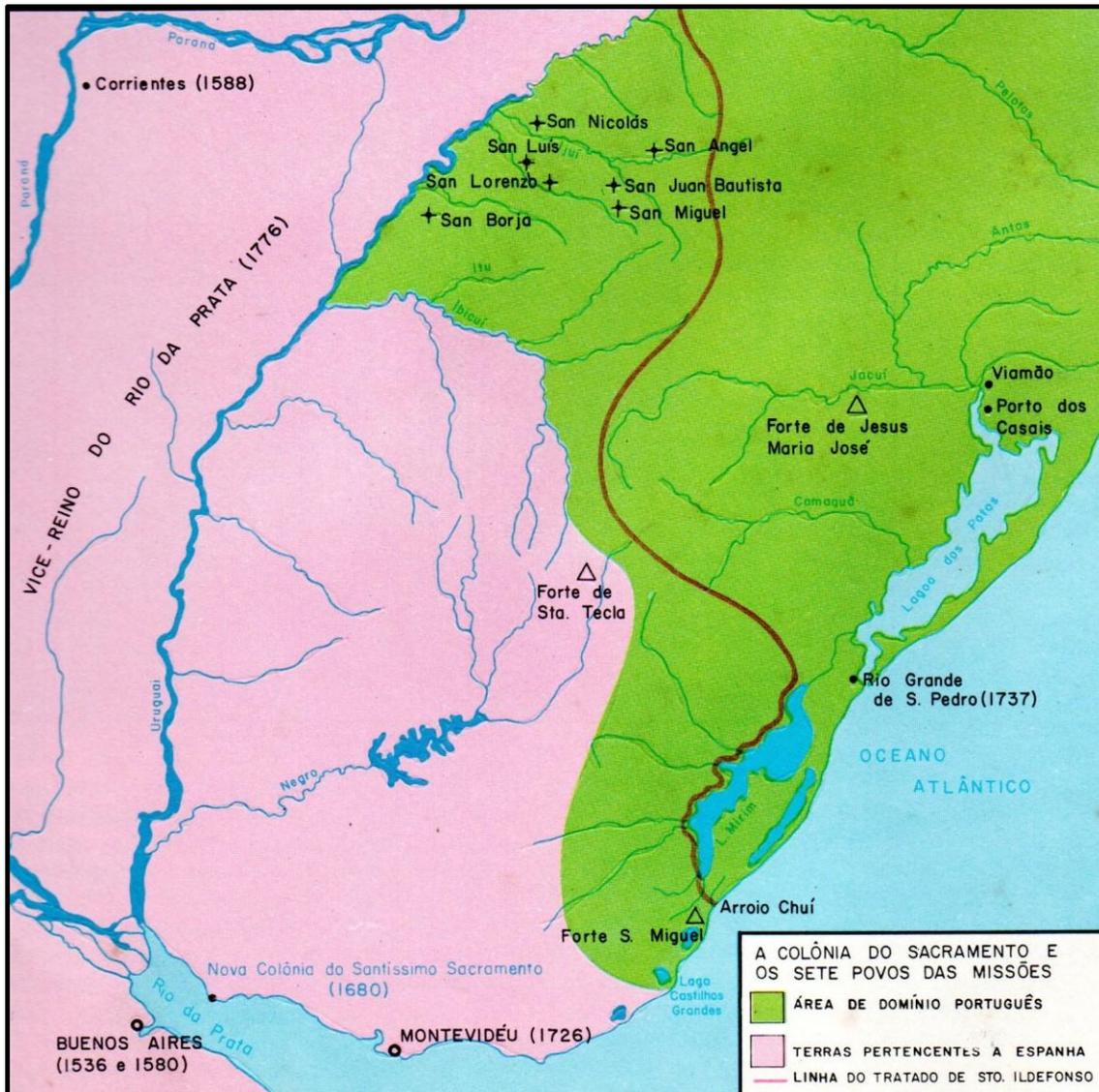


Figura 1 - Os Sete Povos das Missões e a Colônia do Santíssimo Sacramento  
 Fonte: Atlas Histórico e Geográfico do Brasil, 1979, p. 16.

## 7. A COLÔNIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

A Coroa Portuguesa expressou, novamente, os seus interesses em estender as fronteiras meridionais de sua colônia americana até ao Rio da Prata, quando determinou ao governador e capitão-mor da capitania do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo (1678-1679), que fundasse uma fortificação na margem esquerda daquele rio. Desse modo, com o apoio dos comerciantes do Rio de Janeiro, desejosos de consolidar os seus já expressivos negócios com a América Espanhola, a expedição de D. Manuel Lobo aporta em Santos, em fins de 1679 e, alcança a Bacia do Prata, em janeiro do ano seguinte. A 22 de janeiro de 1680, as forças portuguesas iniciaram o estabelecimento da Colônia do Santíssimo Sacramento, fronteira a Buenos Aires, na margem

oposta. O núcleo desse estabelecimento foi uma fortificação simples, iniciada com planta no formato de um polígono quadrangular.

A resposta das autoridades espanholas foi imediata: em pouco tempo, o governador de Buenos Aires, Vera Mujica, reagiu e, o núcleo português foi conquistado por tropas espanholas e indígenas. Através de negociações diplomáticas, a posse da Colônia foi devolvida a Portugal pelo Tratado Provisional de Lisboa (07 de maio de 1681). Ficavam impedidas a construção de novas fortalezas e de edifícios de pedra ou taipa, que caracterizariam uma ocupação permanente.

A Colônia do Sacramento é, normalmente, lembrada como fortificação importante para a defesa da fronteira sul da América Portuguesa. No entanto, é esquecido o caráter comercial de sua região. Este, que garantiu à Colônia do Sacramento se tornar importante ponto comercial, possibilitando trocas mercantis entre as terras americanas das Coroas Ibéricas. Entre os produtos comercializados, estavam escravos africanos, que eram vendidos pelos portugueses aos espanhóis, comercializados com Buenos Aires.

A 23 de janeiro de 1683, uma nova esquadra portuguesa tomou posse da Fortaleza de São Gabriel, tendo os portugueses se mantido na Nova Colônia do Sacramento até 1705, quando a Espanha os dominou até 1715. Além da finalidade bélica, o estabelecimento da Colônia atendia aos interesses do setor mercantil da burguesia portuguesa, interessada em recuperar o acesso ao contrabando no Rio da Prata. A supressão do monopólio português de fornecimento de escravos africanos em 1640, cortara a possibilidade de envio, para a América Espanhola, de produtos brasileiros como o açúcar, o tabaco, o algodão, além de manufaturas europeias, em troca da prata peruana. Adicionalmente, havia interesses em diminuir a concorrência platina aos couros brasileiros no Rio de Janeiro, além de estabelecer um marco fronteiro que servisse de meta para alcançar por terra, o Rio da Prata.

Nesse contexto, era importante encontrar uma solução para a crise econômica portuguesa, da Segunda Metade do Século XVII (ante ao declínio do preço do açúcar no mercado, a pressão dos interesses comerciais da burguesia inglesa para garantir acesso ao mercado de produtos ingleses e a perda das colônias do Oriente), pelo acesso às regiões mineiras espanho-americanas por Buenos Aires - pretensão impedida pelo monopólio espanhol.

Dessa forma, a Colônia transformou-se em um dinâmico centro de contrabando anglo-português. A fundação da Colônia e a abertura de mercado consumidor de gado, couro e carne salgada nas Minas Gerais e, gado muar, posteriormente, determinaria o desenvolvimento da pecuária na Capitania do Rio Grande de São Pedro.

A Colônia do Sacramento, devido ao seu caráter comercial, possuía entre as décadas de 1730 e 1750, um vasto grupo de comerciantes, somando mais de 100 homens. Estes homens,

embora não tenham sua função bem vista na metrópole, chegaram a postos importantes dentro da sociedade do Antigo Regime Colonial, que se estabeleceu no Novo Mundo. Tornaram-se, assim, parte da elite colonial, contrariando as leis sociais da metrópole.

Estes homens que costumavam estabelecer comércio com outras praças lusas, na costa brasileira – como Rio de Janeiro e Bahia –, usavam desses contatos comerciais para aumentar sua influência frente às demais regiões e na sua própria localidade. Outra forma de aumentar suas redes sociais são as relações de compadrio. Muitos dos traficantes de escravos escolhiam para serem padrinhos de seus filhos, outros comerciantes de outras praças, ou também, pessoas que possuíam títulos militares. Mas, o que chama atenção nesse contexto é que muitos traficantes de escravos escolhiam como compadres, governadores da Colônia do Sacramento. Como, no caso de Luiz Garcia de Bivar, que foi padrinho de filhos de mais de um traficante, entre eles, Manuel Coelho Rosa. Este que, também, estabeleceu relações com Luiz Coelho Ferreira – traficante de escravo baiano – que além, de vender escravos para a Colônia do Sacramento, tornou-se padrinho de uma de suas filhas.

No contexto da Guerra de Sucessão da Espanha (1701-1713), a Grande Aliança (Grã-Bretanha, Países Baixos, Áustria, Prússia, etc.), opõem-se contra a Espanha e a França na Europa. Portugal aderiu à Grande Aliança em 1703. A fortificação na Nova Colônia do Santíssimo Sacramento foi reconstruída, a partir de 1704, com planta abandonada. Atacada neste mesmo ano pelos espanhóis de Buenos Aires, foi conquistada no ano seguinte, por forças sob o comando de Afonso Valdez. Ocupada, só foi devolvida aos portugueses pelo segundo Tratado de Utrecht (06 de fevereiro de 1715), embora dentro da chamada política do tiro de canhão, que significava que o território da Colônia não deveria passar do alcance de um tiro de canhão, disparado dos muros da fortaleza.

Registrou-se, a partir dessa época, a preocupação portuguesa com a integração deste posto avançado à região sul do Brasil (Capitanias de Santa Catarina e de São Paulo). A reação espanhola manifestou-se pelo apoio aos estabelecimentos jesuítas na região dos Sete Povos das Missões, para destruição de Montevidéu (estabelecida por forças portuguesas desde 1723), com nova fundação, por espanhóis, em 1726 e, pelo povoamento do interior do Uruguai, para isolar a Colônia do Santíssimo Sacramento, do sul do Brasil.

Em 1735, um incidente diplomático em Madrid, serviu como pretexto para um novo ataque à Colônia (03 de outubro), que permaneceu cercada por forças espanholas, sob o comando de D. Miguel de Salcedo, até 1737. Assinado o armistício (02 de setembro), a Coroa Portuguesa enviou uma expedição sob o comando do Brigadeiro José da Silva Paes que, visando fortalecer a sua

presença no extremo sul do Brasil, fundou a Colônia do Rio Grande de São Pedro, hoje, cidade de Rio Grande, na Barra da Lagoa dos Patos e, tentou, sem sucesso, conquistar Montevidéu.

O Tratado de Madrid, celebrado a 13 de janeiro de 1750, dispunha que Portugal entregaria a Colônia do Sacramento à Espanha, em troca do recebimento do território dos Sete Povos das Missões. Devido às dificuldades das demarcações e, à resistência suscitada pela Guerra Guaranítica (1753-1756), as disposições do Tratado foram anuladas por um novo diploma, o Tratado de El Pardo, celebrado a 12 de fevereiro de 1761.

O contexto da celebração do Pacto de Família (1761), unindo os Bourbon, da França, da Espanha, de Nápoles e de Parma, acirrou a tensão entre Portugal e a Espanha. No contexto da Guerra Anglo-Francesa dos Sete Anos (1756-1763), permanecendo a Colônia do Sacramento em mãos de Portugal, esta foi, novamente, invadida por tropas espanholas, sob o comando de D. Pedro de Cevallos (30 de outubro de 1761), para ser devolvida, em virtude do Tratado de Paris (1763). Em 1777, houve nova invasão espanhola, por D. Pedro de Cevallos que tomou a ilha de Santa Catarina (23 de fevereiro).

Cevallos chegou a Montevidéu em 20 de abril de 1777, onde dividiu a frota, ficando com quatro fragatas e, algumas embarcações menores para operar no Rio da Prata, enquanto o resto dos navios de guerra foram enviados para procurar a frota de Macdowell, que continuava a ser uma ameaça. Cevallos deu ordem a Vertiz para parar o seu avanço sobre o Rio Grande, retrocedendo até Santa Tereza, para onde enviou o Coronel Plácido Graell, com 350 dragões e várias companhias de infantaria.

Em 19 de maio, partiu de Montevidéu em direção à Colônia do Sacramento, o primeiro grupo de 18 barcos com artilharia e 8 companhias de granadeiros e 4 granadeiros caçadores. Em 20 de maio, partiram outros 19 barcos com os batalhões de infantaria. As tropas desembarcaram em 22 e 23 de maio, nos arredores da Colônia, começando o cerco construindo baterias e trincheiras. O governador português, Francisco José da Rocha, capitulou em 03 de junho, 02 dias depois, os espanhóis arrasaram as fortificações e apreenderam 140 peças de artilharia e equipamentos pesados.

Durante esse tempo, na Europa, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) restabeleceu as linhas gerais do Tratado de Madrid: a Colônia do Sacramento, o território das Missões e parte do atual Rio Grande do Sul, eram cedidos à Espanha que devolvia a ilha de Santa Catarina à Portugal.

Finalmente, o Tratado de Badajoz (1801), assinado entre Portugal e Espanha, no contexto das Guerras Napoleônicas, acordou a paz entre os dois países na Europa, mas, não ratificou o Tratado de Santo Ildefonso. Portugal permaneceu em poder dos territórios conquistados na

América do Sul (as Missões e, parte do atual Rio Grande do Sul, por voluntários, em 1801), fixando a fronteira sul na linha Guaraí-Jaguarão-Chuí (HOLANDA e CAMPOS, 1989; RICUPERO, 2017).

## 8. OS GUARANIS

O termo Guaranis refere-se a uma das mais representativas etnias indígenas das Américas, tendo como territórios tradicionais, uma ampla região da América do Sul que abrange os territórios nacionais da Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai e, a porção Centro-Meridional do Território Brasileiro.

São chamados Povos, pois, sua ampla população encontra-se dividida em diversos subgrupos étnicos, dos quais os mais significativos, em termos populacionais são os caiouás, os mbiás, os nhandevas, os ava-xiriguanos, os guaraios, os izozeños e os tapietes. Cada um destes subgrupos possui especificidades dialetais, culturais e cosmológicas, diferenciando, assim, sua “forma de ser” guarani das demais.

A palavra “guarani”, na língua guarani, significa guerreiro. Existe uma relativa abundância de registros históricos que tratam da trajetória dos Povos Guaranis, a partir da época de seus primeiros contatos com os povos de origem europeia. Antes desse contato, os Guaranis não possuíam uma linguagem escrita: toda a sua história estava vinculada à uma complexa forma de transmissão do conhecimento, através da tradição oral.

O “ser” Guarani se resume no valor da palavra. Não no sentido da palavra escrita, mas, na honra da palavra como ensinamento divino, como parte de um “caráter” a ser cumprido.

Do período anterior ao contato com a cultura europeia, sabe-se que eram sociedades descentralizadas de caçadores e agricultores seminômades. Sua alimentação era baseada na caça e coleta, bem como no plantio de diversas variedades de vegetais como mandioca, batata, amendoim, feijão e milho.

Habitavam casas comunais de 10 a 19 famílias. Como os Guaranis modernos, se uniam e organizavam-se em redes de parentesco que compartilhavam perspectivas cosmológicas comuns. A construção familiar é extensa e, quanto mais gente o patriarca da família abrigar (agregados de sangue ou não), mais prestígio ele terá. O desmembramento para a formação de novas famílias extensas se dá, a partir de um grande aumento populacional, não acompanhado pela estrutura, já que para abrigar uma grande família extensa, o patriarca precisa estar bem em suas colocações sociais, econômicas e territoriais.

De acordo com o missionário jesuíta Martin Dobrizhoffer, alguns destes grupos praticavam antropofagia.

Nas primeiras décadas do século XVI, quando o processo colonizador mercantilista ainda não havia compreendido com maior clareza a geografia humana nativa, no continente sul-americano, os indígenas que, posteriormente, seriam chamados genericamente de Guaranis, eram conhecidos como Carijós, no Brasil e, Cariós, no Paraguai Colonial. O termo Guarani, que significa “guerreiro” (e que, segundo o tupinólogo Eduardo Navarro, deve provir do proto-tupi-guarani), passou a ser empregado a partir do século XVII, quando a Ordem Tribal já estava bastante esfacelada, por mais de 100 anos de exploração colonial, para designar um grande número de índios que viviam em aldeamentos pertencentes a grupos falantes de idiomas da família linguística tupi-guarani.

Em boa parte das regiões litorâneas do sul e do sudeste do Brasil, assim como na bacia dos rios Paraná e Prata, foram as populações Guaranis, as primeiras populações ameríndias a serem contatadas pelos europeus.

No início do século XVI, época dos primeiros contatos com os conquistadores europeus, a população Guarani provavelmente chegava ao número de 1 milhão e 500 mil a 2 milhões de pessoas.

Em 1511, o navegador espanhol Juan de Solis, comandou a primeira expedição europeia a entrar no Rio da Prata, o estuário do Rio Paraná ou do Rio Paraguai, seguido pela expedição de Sebastião Caboto, em 1526. Em 1537, Gonzalo de Mendonza chegou ao Paraguai, pelo atual território do sul do Brasil e, em seu retorno, fez contato com um grupo Guarani, fundando Assunção que, séculos depois, se tornaria a capital do Paraguai.

Na medida em que avançavam continente a dentro, as expedições de conquista espanholas encontraram diferentes populações Guaranis em territórios, aos quais os espanhóis passaram a chamar de províncias. Os espanhóis foram nomeando-as, segundo os nomes das populações indígenas que encontravam: Karió, Tobatin, Guarambaré, Itatin, Mbaracayú, gente do Guairá, do Paraná, do Uruguai, os Tape, etc. Essas províncias abarcavam um vasto território, que ia da costa ao sul da cidade de São Vicente, no Brasil, até a margem direita do Rio Paraguai e, desde o sul do Rio Paranapanema e do Grande Pantanal ou Lagoa dos Xaraiés, até as ilhas do Delta, junto da atual cidade de Buenos Aires.

Gonzalo de Mendonza tornou-se o primeiro governador do território espanhol do Guayrá, iniciando uma política de casamentos entre seus subordinados europeus e, mulheres guaranis dos grupos locais, o que deu início ao que, mais tarde, seria denominada a nação Paraguaia. Ao mesmo tempo, foi acelerado o processo de escravização dos grupos indígenas autóctones para o fornecimento de mão de obra para os mais diversos fins.

Os cronistas dos prelúdios do período colonial, denominaram Guaranis, todas as populações que partilhavam de uma mesma língua, semelhante à língua falada pelos índios tupis, do litoral ocidental sul-americano. Cada agrupamento humano, por sua vez, foi denominado separadamente, a partir do nome de xamãs, líderes guerreiros e figuras locais de prestígio. Também era comum, a denominação dos grupos, de acordo com os nomes dos rios e dos lagos, em cujas margens habitavam.

Durante mais de 400 anos de referências escritas sobre os Guaranis, muitos nomes alternativos têm sido empregados para identificar estes vários povos, bem como para indicar suas visíveis diferenças.

Em grande medida, influenciados pelas preferências dos índios tupis, os colonizadores da América Portuguesa chamavam os Guaranis de Araxás, Araxanes, Cainguás, Carijós e Ouitatins. Na América espanhola, estes mesmos grupos eram chamados de Cariós, Chandules, Chandrís e Landules. Apesar das denominações exógenas, cada subgrupo possui sua própria forma de autodenominação, sendo que todos eles se reconhecem no termo “ava”, o “avaeté kuery”, que significam, respectivamente, homem e homens verdadeiros.

Neste primeiro período da colonização, movimentos de insurreição em massa foram registrados por diversos administradores coloniais. De profundo caráter religioso, estes levantes eram, em grande parte, consequência da presença de grandes xamãs - profetas -, os karaí, que, com a força de suas palavras, seguiram dançando e cantando com o intuito de alcançar a liberdade na “terra” Sem Males.

Em 1579, o Levante liderado pelo karaí, chamado Oberá (também grafado Overá), termo que significa “aquele que brilha”, pôs, em grandes riscos, o projeto de colonização espanhola na região de Arambaré. Por onde quer que passasse, Oberá era seguido por uma multidão, cada vez maior de indígenas que, após sua presença, recusavam-se, terminantemente, a servir aos espanhóis. Karaí Oberá, prometendo, a todos, a liberdade, realizava grandes rituais de “desbatismo”, onde os chamados “Guaranis civilizados”, renunciavam aos votos e aos nomes da cristandade, recebendo outro nome Guarani. Segundo o Conselho dos Poderosos Karaí, multidões dançavam e cantavam ininterruptamente, durante dias.

Partindo das Colônias do litoral, do atual Estado de São Paulo, no Brasil, o movimento luso-brasileiro das Bandeiras, de caráter expansionista e escravocrata, caiu como um flagelo sobre as populações Guaranis. Primeiramente, sobre aqueles que habitavam os territórios próximos ao Rio Paranapanema. Depois, adentrando mais e mais no continente, aos grupos sobreviventes, restando poucas opções: rebelar-se contra uma ou mesmo contra as duas nações europeias (Portugal e Espanha), que invadiram seus territórios, iniciar longas peregrinações, buscando a

proteção de distantes florestas e pântanos de difícil acesso ou, ainda, se submeterem à pacificação, tornando-se escravos dos Bandeirantes luso-paulistas ou servos dos espanhóis encomenderos.

Com o avanço da empresa colonial, diferentes grupos autóctones se tornaram peças das disputas e joguetes por recursos e territórios de Portugal e Espanha. Cada um dos lados, buscava de todas as formas iniciar os grupos que eram seus aliados a fazer guerra contra seu adversário europeu e aos indígenas a este coligados. Ao mesmo tempo, uma série de epidemias, trazidas da Europa, se alastraram rapidamente pelo continente, eliminando as populações autóctones e devastando províncias inteiras.

Em 1640, a região do Paranapanema já se encontrava despovoada. A maioria dos seus habitantes havia sido capturada pelos Bandeirantes e, levada para a Vila de São Paulo de Piratininga ou para a Vila de São Vicente, enquanto outra parte buscou refúgio nos territórios e nas florestas ao sul.

Agindo como soldados, os Jesuítas tinham um único objetivo – converter o maior número de selvagens possível, obrigá-los a mudar seu estilo de vida e aceitar a religião católica -, como única forma de salvação. No ano de 1743, mais da metade da população da Bacia do Prata, aproximadamente, 142 mil índios, viviam nos povoados jesuítas.

Uma vez mais, inúmeros xamãs - profetas karaí -, surgiram das matas, até as cidades dos Jesuítas, cercados por inúmeros seguidores, rivalizando em retórica e poder com os padres jesuítas e, se tornando um obstáculo para a conquista espanhola cristã. Não tardou para que os Jesuítas ultrajados iniciassem os índios reduzidos contra os Karaí, aos quais chamavam de “demônios” e “feiticeiros”.

Das diferentes trajetórias vividas pelos grupos Guaranis, surgiram novas distinções culturais entre os mesmos. Com o crescimento das Reduções Jesuíticas surgiria a figura dos Guaranis Missioneiros que, a partir do sincretismo com elementos jesuíticos, dariam forma e cor à utopia cristã-ameríndia das Missões. Já as populações Guaranis que se refugiaram em florestas, montes e pântanos, escapando do alcance dos Bandeirantes, bem como da submissão aos encomenderos espanhóis ou às Missões Jesuíticas, ficaram conhecidas pela exominação genérica de kainguá, kaaiguá, cainguá ou ka'ayguá – todos esses termos, derivados da palavra Guarani “ka'aguyguá”, “habitantes das matas”. Esta, provavelmente é, também, a origem do nome de um dos atuais subgrupos Guaranis, os caiouás, apesar de estes, provavelmente, não serem os únicos grupos da atualidade descendentes daquelas populações não submissas.

No entanto, é grande a probabilidade de que os chamados “habitantes das matas” nunca tenham perdido, totalmente, o contato com os Guaranis Missioneiros, mantendo, de alguma forma,

intercâmbios de bens, informações e, até mesmo, de pessoas, através do parentesco com estes. Esta é uma das explicações encontradas para a apropriação de instrumentos como o violão e a rabeca, não só utilizados, até hoje, pelos Guaranis embiás, como também, considerados pelos próprios índios, como parte de sua tradição e, até mesmo, originados em sua cultura.

Apesar da baixa populacional, com exceção das áreas localizadas no Uruguai e no centro da Argentina, onde não existem mais os Guaranis, seguem mantendo a configuração de seus territórios no período colonial. Apesar do processo de aculturação que sofreram estas populações que vêm se recuperando demograficamente, constituindo uma das minorias que, invisibilizadas nos diversos contextos em que se encontram, têm de lidar com o problema do aumento demográfico, nos regimes de confinamento impostos pelos Estados nacionais.

Três aspectos da vida Guarani expressam uma identidade que dá especificidade, forma e cria um “modo de ser Guarani”: a) o *ava ñe'ë* (*ava*: homem, pessoa guarani; *ñe'ë*: palavra que se confunde com “alma” ou “fala”, “linguagem” que define identidade na comunicação verbal; b) o *tamõi* (*avô*) ou ancestrais míticos comuns e c) o *ava reko* (*reko*: ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei, hábito) ou comportamento em sociedade, sustentado em arsenal mítico e ideológico. Estes aspectos informam ao *ava* (homem Guarani) como entender as situações vividas e o mundo que o cerca, fornecendo pautas e referências para sua conduta social (CADOGAN, 1959; CLASTRES, 1978; CLASTRES, 1977; CLASTRES, 1978; EMGC, 2018; LADEIRA e AZANHA; 1988; MELÁ, 1991; MONTEIRO, 1992; NAVARRO, 2013; NHE'ERY, 2016; NIMUENDAJÚ, 1987; SCHADEN, 1974; SILVEIRA, 2016; SUSNIK, 2016).

## **9. A GUERRA GUARANÍTICA: OS RUMOS DA GUERRA**

O Acordo de limites assinado em Madrid, entre Portugal e Espanha, gerou disputas em torno do Sul do Brasil.

Para a Espanha, o mais importante era garantir o controle do estuário do Prata e impedir o contrabando. Isso porque, a região era a porta de saída de toda a prata extraída da Bolívia e do Peru. Portugal ficaria com os campos gaúchos dos Sete Povos das Missões e, a Espanha, receberia a área próxima à Colônia do Sacramento, uma fortaleza lusitana plantada na margem esquerda do rio da Prata, quase em frente a Buenos Aires.

Para Portugal, também, era uma boa troca. Apenas os Jesuítas e os Guaranis não ficaram satisfeitos com o Acordo. Os líderes missioneiros nem sequer foram consultados nas negociações e o Tratado os atingia diretamente. Os novos limites redefiniam o espaço físico e o papel político das missões na fronteira luso-espanhola; as missões deixariam de ser guardiãs da fronteira

espanhola; muitos povoados seriam extintos e, milhares de índios teriam de ser removidos para a outra margem do rio Uruguai, perdendo muito de seu patrimônio-terras, plantações, estâncias e gado. Além disso, no outro lado do rio Uruguai, já havia um grande número de povoados e os campos disponíveis eram poucos.

Em resumo, além de sofrerem graves danos materiais, as missões estavam ameaçadas de perder boa parte de sua autonomia política e territorial. Nos Sete Povos das Missões, cerca de 30 mil pessoas seriam atingidas diretamente.

Por isso, quando as autoridades luso-espanholas chegaram ao sul, em outubro de 1752, para iniciar os trabalhos de demarcação, sentiram, imediatamente, a resistência dos líderes guaranis. O clima de rebelião já havia se espalhado por todos os povoados, quando o Marquês de Valdelírios (Espanha) e o General Gomes Freire (Portugal) presidiram o assentamento do primeiro marco da linha divisória em Castilhos Grandes, junto à Lagoa Mirim.

A partir do início de 1753, a tensão aumentou ainda mais. Muitos Jesuítas se recusavam a seguir as ordens de seu superior, o Padre Luiz Altamirano e, boa parte da população de São Nicolau, São Miguel, São João e Santo Ângelo, havia decidido não emigrar. O confronto estava aberto. A Guerra parecia inevitável e iminente.

Em 26 de fevereiro de 1753, a Comissão demarcadora chegou ao posto de Santa Tecla, na Estância de São Miguel, já na região dos Sete Povos. Ali, encontrou centenas de Guaranis armados e prontos para impedir o avanço da demarcação. Os índios missioneiros eram chefiados pelo alferes Sepé Tiaraju e por Miguel Taimacay, alcaide de São Miguel.

O enfrentamento foi inevitável: os demarcadores discutiam com os nativos, insistindo em prosseguir com os trabalhos. Sepé reagiu e, disse que os Guaranis receberam aquelas terras de Deus e de São Miguel. Não poderiam entregá-las a estranhos. Em seguida, exibiu um documento de 1749, em que o governador de Buenos Aires, ordenou que os índios defendessem a região e não permitissem a entrada de nenhum português.

O destemido alferes não sabia que o tal documento havia perdido o valor depois do Tratado de Madrid. O recurso não funcionou e, os demarcadores acharam mais prudente reunirem-se e não retirarem-se, ante a superioridade e determinação do adversário. Sem dúvida, foi uma vitória dos índios. A Guerra estava no ar e explodiu no ano seguinte.

Sepé Tiaraju nasceu, provavelmente, entre a segunda e a terceira década do século XVIII e, morreu em 1756. Era dotado de forte espírito guerreiro, astuto, estrategista nato. Tornou-se um líder entre os Guaranis e, obteve a patente de alferes real e corregedor do povoado de São Miguel.

Recusou-se a aceitar as disposições do Tratado de Madrid e, transferir-se para o outro lado do rio Uruguai, deixando as terras das Missões para os portugueses. Morreu em combate na

Guerra Guaranítica. Sepé foi imortalizado no poema épico de Basílio da Gama, O Uruguai, de 1769.

Sepé Tiaraju, herói da Guerra Guaranítica, virou lenda na cultura popular do Rio Grande do Sul, como um santo guerreiro, que morreu lutando por sua terra e por sua gente.

Entre os portugueses, o principal comandante militar foi o General Gomes Freire de Andrada, nascido em 1685. Chefiou as tropas lusas e dirigiu os trabalhos de demarcação no sul, em 1751, depois de ter sido governador das capitanias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo.

Entre os espanhóis, destacaram-se o Marquês de Valdelírios, D. Gaspar de Muniz, chefe das operações de demarcação, e o Coronel José Joaquim Viana, primeiro governador de Montevideú e, um dos mais violentos chefes militares, responsável pela morte de centenas de índios.

O avanço das tropas espanholas foi difícil. Eram cerca de dois mil homens, comandados pelo governador José Andonaegui, enfrentando todo tipo de adversidade. Saíram de Buenos Aires em maio de 1754 e, em julho, cruzaram o Rio Uruguai, em Salto Grande, em direção ao território gaúcho. Avançavam lentamente, sob pressão constante dos índios missioneiros, e montaram acampamento na Estância de Japeju, no ponto onde o rio Ibicuí deságua no rio Uruguai.

Em setembro, o acampamento foi atacado por um grupo de 300 índios que roubaram cavalos e mataram uma dezena de soldados espanhóis. Andonaegui mandou caçar os missioneiros nos matagais próximos e, muitos foram encontrados e levados à presença do governador. Por que vocês atacaram o acampamento?, perguntou-lhes Andonaegui. Defendemos as terras que Deus nos deu, responderam os Guaranis.

Andonaegui exigiu a completa rendição de todos, mas, os nativos reagiram com gritaria e insultos. Agitando seus estandartes, reiniciaram a luta num combate corpo-a-corpo, em meio aos disparos da artilharia. Mas, mais de 200 índios morreram e 70 foram presos. Entre os espanhóis houve 4 mortos e 24 feridos. O espírito de resistência indígena demonstrado no episódio de Japeju assustou os chefes militares espanhóis, dissipando as esperanças de uma conquista fácil e rápida das missões. Resolveram, então, voltar com as tropas para Buenos Aires e preparar uma nova expedição.

As tropas portuguesas também tiveram muitos problemas. Comandadas pelo General Gomes Freire, haviam deixado a Vila de Rio Grande, no litoral, na entrada da Lagoa dos Patos, e avançaram pelo interior, em direção à confluência do Rio Pardo com o Jacuí, já nos limites do território das missões.

Em setembro de 1754, o Comandante Português aportou no Rio Pardo com nove embarcações e cerca de duzentos homens, num ponto próximo à Estância de São Luiz. Esse acampamento seria o núcleo primitivo da atual cidade gaúcha de Rio Pardo.

Do outro lado do rio, os índios missioneiros, também, tomavam posição. Chefiados pelo, agora, Capitão Sepé Tiaraju, levantavam estacas e preparavam-se para a luta. Insistiram para que os portugueses abandonassem suas terras. O problema mais grave das forças lusas, no entanto, não eram os índios. Era a grande cheia do Rio Pardo que, no começo de outubro, ameaçava inundar o acampamento. Sem alternativa, os portugueses seriam obrigados a atravessar o rio e se refugiar no campo dos missioneiros que, por ser mais alto, estava a salvo da enchente.

Portugueses e índios tentaram negociar essa transferência das tropas, mas, as desconfianças e ameaças de parte a parte impediram qualquer acordo. Os missioneiros garantiram que, se os portugueses insistissem em avançar, correria muito sangue. Mas, a inundação era iminente e o General Gomes Freire ordenou a invasão do acampamento indígena.

No dia 12 de novembro, no auge do impasse, um emissário de D. José Andonaegui chegou ao acampamento, levando novas ordens: as tropas luso-espanholas deveriam retirar-se do território missioneiro. Gomes Freire acatou a decisão, mas, antes de se retirar, exercitou sua habilidade política: negociou uma trégua com os caciques dos Sete Povos. Pelo Acordo, garantiu a expansão da fronteira portuguesa, em cerca de 40 léguas (240km) a leste do rio Jacuí – a região onde se concentrava o gado das missões.

No processo conflituoso que desembocou na Guerra Guaranítica, os padres da Companhia de Jesus dividiram-se em dois grupos: os que ficaram ao lado dos Guaranis e os que trabalharam pelo cumprimento das ordens oficiais.

Do primeiro grupo faziam parte o Padre Lourenço Balda, espanhol, vigário de São Miguel, que atuava nas missões, desde 1726; o Padre Tadeu Enis, alemão, natural da Bohemia, vigário de São Lourenço, nas missões desde 1732; o Padre José Cardel, espanhol, nas missões desde 1730 e autor de um importante relato sobre a Guerra e a expansão portuguesa na região.

No segundo grupo, o grande destaque foi o Padre Luiz Altamirano, espanhol da Andaluzia, comissário das demarcações, nomeado pela Companhia de Jesus. Esforçou-se por convencer os demais religiosos a levar os Guaranis para o outro lado do Rio Uruguai. Para ele, os nativos já estavam devidamente beneficiados e protegidos pelo Tratado de Madrid.

Depois da assinatura do armistício com o General Gomes Freire, os caciques retornaram aos seus povoados. Acreditavam que daí por diante, a presença portuguesa se limitaria à confluência do Pardo com o Jacuí. De volta às Missões, procuraram reanimar a população, retornar às atividades produtivas e acabar com o sentimento de revolta. Já no Natal de 1754,

porém, os padres advertiram os índios: aquela paz seria transitória. Temendo um ataque, os missionários designaram bombeadores nos postos de fronteira, para vigiar dia e noite.

Na Corte Espanhola, as notícias sobre a lentidão das operações militares e da demarcação de fronteira não eram bem recebidas. Em outubro de 1755, o governo de Madrid mandou um comunicado ao governo português, assegurando que as oposições seriam intensificadas e, o Tratado de 1750 seria cumprido, integralmente. Para não deixar dúvidas quanto às suas intenções, as autoridades espanholas embarcaram para a região do Prata, com mais tropas de infantaria e cavalaria, num total de mil homens.

Pressionado pelos acontecimentos e ameaçado de perder o cargo, o governador Andonaegui convocou os principais chefes militares e autoridades públicas, além do governador de Montevideu, José Joaquim de Viana e, formou um conselho de guerra. Nessa reunião, ele apresentou um plano para a ocupação imediata de Santa Tecla, com uma força de quatrocentos homens. Expôs, também, uma nova estratégia para conquistar as missões utilizando em conjunto, os exércitos espanhol e português.

Informado sobre os novos planos, o General Gomes Freire concordou em participar do comando unificado das tropas luso-espanholas, na nova fase da guerra contra os centros missionários. A invasão começaria em Aceguá, porto da atual cidade de Bagé (RS), e Santa Tecla seria tomada num piscar de olhos.

Em janeiro de 1756, Gomes Freire reuniu-se a D. José Andonaegui no local marcado. O encontro foi festivo. As tropas lusas foram recebidas pelos espanhóis com salva de artilharia e os regimentos perfilados. O comandante português trazia mil e seiscentos homens e, uma grande quantidade de carretas, cavalos, mulas e bois. O exército espanhol era composto de dois mil e trezentos combatentes, entre cavaleiros, lanceiros e milicianos, além de canhões, muitas carretas e animais transportando suprimentos e munições. A demonstração de força não deixava dúvidas: as metrópoles estavam decididas a acabar logo com a resistência Guarani em suas colônias.

A 18 de janeiro, os combatentes do comando espanhol, avisaram os portugueses de que na sua retaguarda, a uma distância de duas léguas (12km) havia mais ou menos cinco mil índios Guaranis. Relataram, ainda, terem recebido uma mensagem dos nativos: apenas os espanhóis poderiam entrar no território das Missões. Os portugueses seriam barrados, porque, segundo os índios, haviam desrespeitado o Acordo celebrado no Rio Pardo.

Dias depois, no entanto, os dois exércitos marcharam juntos até Santa Tecla. Não encontraram mais nada no posto – nem índios, nem animais. Tudo havia sido destruído e queimado, com exceção da pequena capela de pau-a-pique, que continuava de pé, mas, foi saqueada e estava sem os seus ornamentos.

O mesmo cenário foi encontrado nos campos das Missões. Postos e povoados abandonados, pastos queimados. Parecia que os indígenas haviam desistido de lutar.

Os Guaranis não haviam fugido: preparavam-se para resistir. Sabendo que não poderiam enfrentar de uma só vez, forças tão superiores em homens e armas, concluíram que seria melhor insistir nas guerrilhas.

Ainda no final de janeiro de 1754, o Capitão Sepé Tiaraju conseguiu arregimentar cerca de 1.300 índios em diversos povoados. Sua estratégia principal era fustigar o inimigo com pequenos ataques e emboscadas, não lhe dar trégua, inquietá-lo, cansá-lo e retardar ao máximo, sua marcha. Continuariam a queimar os pastos e a destruir os ranchos. O objetivo final era impedir que portugueses e castelhanos atravessassem a Serra Geral e invadissem a região dos Sete Povos.

A área estava bastante desprotegida, porque grande parte dos indígenas havia partido para Santa Tecla. Ao mesmo tempo, os índios procuravam ganhar tempo, na esperança de que o Rei da Espanha anulasse o Tratado de Madrid.

Não eram todos os Trinta Povos que resistiram. Mesmo entre os Sete Povos do lado gaúcho, nem todos os povoados aderiram à causa Guarani. Isso mostra que as populações indígenas não tinham plena consciência da verdadeira dimensão político-militar da guerra, restando aos combatentes, continuar a guerrilha contra um exército coeso e muito superior.

No começo de fevereiro, as tropas luso-espanholas ainda avançavam por estâncias e campos vazios e destruídos. No dia 07, numa escaramuça ao cair da noite, um grupo de índios foi cercado e atacado por tropas castelhanas. A primeira carga da cavalaria matou grande número de índios, entre os quais, o cacique Sepé Tiaraju. Derrubado do cavalo, foi ferido por um golpe de lança e, depois recebeu um tiro de pistola.

Os companheiros de Sepé que sobreviveram ao ataque, trataram de fugir para o matagal. O corpo do cacique foi atirado junto a um rio próximo, mas, à noite os índios que o acompanhavam foram até a margem do rio e o retiraram. Depois, o sepultaram, cantando os hinos que haviam aprendido nas igrejas das Missões.

A morte de Sepé Tiaraju acelerou a derrota das forças indígenas já bastante desgastadas. Dias depois, em 10 de fevereiro, sofreram outro massacre, em Caiboaté (o atual município de São Gabriel – RS), onde 1.500 índios morreram e outros tantos se renderam aos invasores. Com essa derrota, os Guaranis estavam definitivamente vencidos. Alguns grupos continuaram a resistir até fins de maio, mas, sem nenhuma possibilidade de vitória. Seu plano tático – a luta de guerrilhas – estava esgotado.

Em 17 de maio de 1756, Gomes Freire chegou triunfalmente a São Miguel, um dos últimos redutos da resistência missioneira. Pouco depois, o comando português estabelecia seu quartel-general em Santo Ângelo, enquanto os castelhanos se fixavam em São João. As Missões, finalmente, haviam sido dominadas.

Já no mês seguinte, se reiniciaram os trabalhos de demarcação da fronteira e, começou a remoção dos Guaranis missioneiros para a margem direita do rio Uruguai, em território atualmente, argentino e paraguaio. Em cinco meses, cerca de 7 mil famílias foram removidas. Calcula-se que muitas centenas de índios dispersaram-se pelos campos ou esconderam-se nas matas. Outros, simplesmente, ficaram onde estavam, mesmo depois da demarcação.

No final de 1756, a Guerra Guaranítica estava encerrada. Apesar de sua resistência firme e determinada, os índios sucumbiram diante de forças poderosas e bem preparadas. Suas flechas e espingardas pouco podiam contra a artilharia e a cavalaria do adversário. As fortificações não resistiram aos tiros dos canhões e, os combatentes não tinham como enfrentar a carga dos lanceiros. A bravura foi insuficiente diante da força.

A Guerra Guaranítica foi a revolta dos missioneiros Guaranis contra as imposições do Tratado de Madrid, que os obrigava a abandonar suas terras, moradias, plantações e rebanhos. O Acordo de 1750, favorecia as monarquias ibéricas, defendendo seus interesses na região, mas, prejudicava, gravemente, os indígenas. Toda a vida econômica e social que as Missões haviam organizado nos dois lados do rio Uruguai era ameaçada pela divisão de terras entre espanhóis e portugueses, na bacia do Prata.

Os Guaranis não lutavam contra a Monarquia. Reagiam à perda de suas terras que, segundo eles, lhes haviam sido dadas por Deus. Esta terra tem dono, diziam.

A Guerra resultou de um Acordo de limite que provocou discórdia, o Tratado de Madrid. Considerava-se, nas Cortes de Madrid e de Lisboa, que os indígenas eram seres incapazes de ter plena consciência de seus atos. Provavelmente, supunha-se, que eles estavam sendo instigados pelos Padres Jesuítas. Os índios, então, foram combatidos e derrotados e, logo depois, os Jesuítas foram expulsos de Portugal e da Espanha.

Essa Guerra representou um dos raros momentos de reação indígena organizada contra as imposições da Coroa e dos Colonizadores Luso-Espanhóis. Os índios reagiram conscientemente às pressões e ameaças, planejaram seus movimentos e definiram as estratégias mais convenientes para defender seu espaço e seus direitos. Não queriam se transformar numa espécie de “sem-terra” do século XVIII.

Acabaram derrotados por forças superiores, mas, demonstraram que os interesses dos colonizadores não podiam impor-se sempre de forma arbitrária e violenta. Além de dificultar a

aplicação do Tratado de Madrid, a Guerra deixou feridas profundas nas relações entre missionários – índios e padres – de um lado e, as monarquias portuguesa e espanhola, de outro. A rica experiência das Missões caminhou para a extinção, pois, foi irremediavelmente abalada pela Guerra, que levou ao declínio e à dispersão das comunidades (QUEVEDO, 1996).

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para chegar-se à Guerra Guaranítica, propriamente dita, houve a necessidade de explicações mais detalhadas a respeito do Tratado de Madrid, de 1750, assim como também, considerações sobre os Sete Povos das Missões, a Colônia do Santíssimo Sacramento, observações mais esclarecedoras sobre os índios Guaranis, até se ter a possibilidade de, enfim, discutir a Guerra Guaranítica.

Além das questões acima expostas, deve-se ressaltar que a Guerra Guaranítica não logrou, totalmente, unanimidade sobre a sua ocorrência real. Os Padres Jesuítas dividiram-se: um grupo optou pela observância do Tratado de Madrid, enquanto outro grupo de Padres Jesuítas espanhóis, concordou com o advento do movimento de resistência socioterritorial que resultou em um conflito armado. Até mesmo, entre os índios Guaranis, assinalou-se a inexistência de unanimidade.

Sabe-se, pelo Tratado de Madrid de 1750 que, os Jesuítas espanhóis deveriam entregar a região dos Sete Povos das Missões aos portugueses. Estes, por sua vez, deveriam entregar aos espanhóis, a Colônia do Santíssimo Sacramento. Apesar das questões e dificuldades, acima consignadas, uma parte expressiva dos Guaranis resolveu defender as terras que, segundo eles, tinham sido dadas a eles, por Deus e, por essa razão, não quiseram entregá-las, pois, nas mesmas, eles estabeleceram os plantios que asseveraram, como fruto do seu trabalho, a sua própria sobrevivência, além das moradias Guaranis que, nelas, estavam situadas.

Isto significa que os objetivos dos índios Guaranis eram totalmente diferentes daqueles que eram considerados pela colonização portuguesa e espanhola, bem como o que se passava nas mentes das suas respectivas Monarquias Ibéricas, isto é, a posse das terras para, delas, resgatarem todos os recursos naturais, os povos ali residentes seriam descartados e, o que eles haviam impresso na paisagem regional, não tinha o menor significado para os colonizadores e para as Coroas Ibéricas.

Assim sendo, os índios Guaranis logo divisaram a grande diferença existente entre o que possuíam os seus lutadores, em total descompasso com a organização, o treinamento e a posse de armas, de muito maior poder de fogo, do que aquelas portadas pelos indígenas.

Portanto, na segunda etapa do conflito, ocorreram confrontos, nos quais, os luso-espanhóis exterminaram com um número relevante de Guaranis ou, infelizmente, os massacraram cruelmente.

Finalmente, convém assinalar que, se por um lado os que promoveram o movimento de resistência socioterritorial, pelas razões acima apontadas, infelizmente, não lograram a vitória, por outro lado, não se pode deixar de reconhecer o alto significado dos objetivos que levaram os Guaranis a estabelecerem este conflito, além da sua valentia e determinação, no curso deste conflito. Os Guaranis passaram à História do Estado do Rio Grande do Sul, como lutadores inesquecíveis, heróis do século XVIII e, cujos nomes dos seus chefes, jamais serão olvidados ou apagados deste grande capítulo da História da civilização brasileira.

## 11. REFERÊNCIAS

Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Trabalhos (Comunicações), 1977. Santa Rosa-RS: editora ano p. 158-170.

AGUIRRES ROJAS, C. A. Tempo, Duração e Civilização: Perspectivas Braudelianas (Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela). 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

BRAUDEL, F. Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII. v.2. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

\_\_\_\_\_. Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII. v.2. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

\_\_\_\_\_. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CADOGAN, Leon. Ayvu Rapyta. Textos Míticos de los Mbya-Guarani del Guairá. São Paulo: USP, 1959. p. 218.

CIAVATTA, M. Mediações Históricas de Trabalho e Educação: Gênese e Disputas na Formação dos Trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-1960). Rio de Janeiro: Lamparina; CNPq; Faperj, 2009.

CLASTRES, Hélène. Terra Sem Mal: O Profetismo Tupi-Guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado (pesquisas de Antropologia Política). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CLASTRES, Pierre. O Grão-Falar. Mitos e Cantos Sagrados dos Índios Guarani. Lisboa: Arcádia, 1977.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. 2ª Edição. Tradução: Vítor Marques Coelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

EMGC - Equipe Mapa Guarani Continental. Caderno Mapa Guarani Continental. Povos

Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Campo Grande: CIMI, p. 52. ISBN 978-85-87433-09-1. Acesso em: 04 jul. de 2018. Arquivo do original em 05 de jul. de 2018.

FERRO, G. Sociedade Humana e Ambiente no Tempo: Temas e Problemas de Geografia Histórica (Tradução de Carminda Cavaco). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. A Época Colonial. Do Descobrimento à Expansão Territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

LADEIRA, Maria Inês; AZANHA, Gilberto. Os Índios da Serra do Mar. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1988.

LAHUERTA, F. M. Geografias em Movimento: Território e Centralidade no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821). São Paulo, 2009. Dissertação de Mestrado – USP.

MELÁ, Bartolomeu. El Guaraní: Experiência Religiosa. Assunção: Ceaduc/Cepag, 1991. p. 128.

MICHALANY, Douglas. Atlas Histórico e Geográfico do Brasil. São Paulo: GEMSA, 1979.

MONTEIRO, John Manoel. Os Guarani e a História do Brasil Meridional: Séculos XVI e XVII. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MORAES, A. C. R. Bases da Formação Territorial do Brasil: O Território Colonial Brasileiro no “Longo” Século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. Geografia: Pequena História Crítica. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. Território e História no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MURARO, Pe. HONORINO. In: Preliminares Históricos Indispensáveis para a Localização das Tribos Indígenas na Época das Reduções Jesuíticas do Guairá.

NAVARRO, E. A. Dicionário do Tupi Antigo: A Língua Indígena Clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013. p. 135.

NHE'ERY, Darci da Silva. Território Guarani (PDF) (Projeto Coletivo). Expediente: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

NIMUENDAJÚ, Curt. As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guaraní. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1987. p. 156.

ODÁLIA, N. O Tempo e a História. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, (7); 1965.

PIRES, H. F. Reflexões sobre a Contribuição da Geografia Histórica e da Geo-História na Renovação dos Pensamentos Geográfico e Histórico no Século XX. In: I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico 2008. Uberlândia: UFU, v. 1, p. 01-18. 2008. Disponível em: <<http://br.mono grafias.com/Geografia/index.shtml>>. Acesso em: 20.out.2009.

PHILO, C. História, geografia e o “Mistério Ainda Maior” da Geografia Histórica. In: GREGORY, DEREK et al. (Org.). Geografia Hunana – Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

QUEVEDO, Júlio. A Guerra Guaranítica. Coleção Guerras e Revoluções Brasileiras. São Paulo: Editora Ática, 1996.

RICUPERO, Rubens. A Diplomacia na Construção do Brasil. 1750-2016. 1ª ed. São Paulo: Versal Editores, 2017.

SCHADEN, Egon. Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani. São Paulo: EPU; Edusp, 1974. p. 208.

SILVA, L. M. T. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R.; ARRAIS, T. A. (Orgs.). Itinerários Geográficos. Niterói: EdUFF, 2007, 356p.

SILVEIRA, Thais Elza Elisa Silva da. Identidade (in) visíveis: Indígenas em

Contexto Urbano e o Ensino de História na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (Dissertação). Expediente: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

SUSNIK, Branislava. Os Aborígenes del Paraguay. Etnohistória de los Guaranies. Assunção: Muse, 2016.